



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**MONTANHAS**

**DECRETO N.º 123/2020, DE 15 DE MAIO DE**  
**2020.**

Prorroga as medidas de prevenção e saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) no Município de Montanhas/RN, revoga o Decreto nº 120/2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTANHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO o cenário global de alastramento do novo coronavírus (COVID-19), dotado de potencialidade eficaz para ocasionar surtos;

CONSIDERANDO a ampliação exponencial dos casos do novo coronavírus (COVID-19) no país, no Rio Grande do Norte, a confirmação no âmbito municipal do segundo caso, bem como, da primeira morte causada em decorrência novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO constatação da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo coronavírus (COVID-19) caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO o imperativo de mantimento da prestação dos serviços públicos;

CONSIDERANDO a taxa de mortalidade da COVID-19, que se eleva entre idosos e pessoas portadoras de doenças crônicas;

CONSIDERANDO as orientações dos órgãos de saúde no sentido de buscar diminuir a aglomeração e o fluxo de pessoas em espaços coletivos, bem como a diminuição na

probabilidade de contágio com o uso de máscaras de proteção;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabeleceu a quarentena como forma de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Os órgãos e as entidades da administração pública municipal deverão adotar, para fins de prevenção da transmissão do novo coronavírus (COVID-19), as medidas determinadas neste Decreto.

**Art. 2º** Os serviços essenciais do poder público municipal, principalmente os voltados ao combate à situação epidemiológica do novo coronavírus (COVID-19), deverão funcionar de acordo com critérios a serem definidos pelo titular da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 3º** Ficam suspensos, até o dia 31 de maio de 2020:

I - as atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos ou entidades da administração pública municipal, bem como eventos públicos sociais e religiosos que impliquem a aglomeração de 20 (vinte) ou mais pessoas, desde que mantido e espaçamento mínimo de 2 (dois) metros entre os participantes;

II - a participação, a serviço, de servidores públicos em eventos ou em viagens internacionais ou interestaduais;

III - as atividades escolares da rede pública e privada no âmbito municipal, bem como todas as atividades estabelecidas no calendário escolar;

IV - as atividades esportivas e culturais no município de Montanhas, constantes dos calendários de eventos;

V - as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo em todas as suas modalidades, visitas domiciliares do Programa Criança Feliz, CRAS e CREAS.

VI - o atendimento presencial do público externo que puder ser prestado por meio eletrônico ou telefônico a ser disponibilizado os respectivos endereços eletrônicos nos prédios públicos;

§ 1º Enquanto durar o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, ficam suspensos os contratos temporários dos servidores que não serão

Lei Autorizativa Constituição da República Federativa do Brasil Art. 37  
Montanhas RN, 15 de maio de 2020 – Atos do município de Montanhas – Ano III – Edição XXI

utilizados durante este período, devendo o responsável por cada pasta encaminhar à Chefia de Recursos Humanos as devidas informações.

§ 2º No âmbito dos gabinetes dos Secretários Municipais, compete aos respectivos titulares dispor sobre as restrições ao atendimento presencial do público externo.

§ 3º Eventuais exceções ao disposto nos incisos III e IV deste artigo deverão ser autorizadas pelo Gabinete Civil do Prefeito Municipal.

**Art. 4º** Os servidores públicos que estiverem fora do território do Município de Montanhas na data de publicação deste Decreto ou durante sua vigência deverão, antes de retornarem às atividades, informar à chefia imediata as localidades por onde tenham estado, apresentando os documentos comprobatórios da viagem.

Parágrafo único. A obrigação de comunicação de que trata o *caput* também se aplica aos servidores públicos que possuem contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado de contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19).

**Art. 5º** Aos servidores públicos que tenham regressado, nos últimos 14 (quatorze) dias contados da publicação deste Decreto ou que venham a regressar durante sua vigência, de localidades em que há transmissão comunitária do novo coronavírus (COVID-19), bem como aqueles que tenham contato ou convívio direto com caso suspeito ou confirmado, deverão ser aplicadas as seguintes medidas:

I - os que apresentem sintomas (sintomáticos) de contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19) deverão ser afastados do trabalho, sem prejuízo de sua remuneração, conforme determinação médica;

II - os que não apresentem sintomas (assintomáticos) de contaminação pelo novo coronavírus (COVID-19) deverão desempenhar, em domicílio, caso seja possível, as funções determinadas pela chefia imediata, respeitadas as atribuições do cargo, vedada a sua participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito da repartição pública.

§ 1º O desempenho das atividades do servidor público a que tenha sido aplicado o regime de trabalho de que trata o inciso II deste artigo, dependerá do cumprimento das metas e dos níveis de produtividade estabelecidos pelo Secretário da Pasta.

§ 2º Na hipótese do inciso II deste artigo, caso seja imprescindível a execução presencial das atribuições do cargo ou do emprego, haverá a dispensa da prestação de serviço, que será objeto de posterior compensação de jornada.

§ 3º Os conselhos municipais poderão realizar suas sessões por meio de vídeo conferência ou ferramentas virtuais, sem prejuízos de suas atribuições, andamento e manutenção do interesse público.

§ 4º Exaurido o período de quarentena, o retorno ao serviço dependerá de avaliação médica prévia que ateste a aptidão ao trabalho.

§ 5º A avaliação médica que trata o § 4º poderá ser realizada por profissional da rede pública ou privada de saúde.

**Art. 6º** O disposto nos arts. 3º e 4º deste Decreto se estende, no que couber, a todo e qualquer agente público, remunerado ou não, que mantenha ou não vínculo com a administração pública municipal, bem como membro de colegiado, estagiário ou empregado de prestadoras de serviço, ficando vedada a participação em reuniões presenciais ou a realização de tarefas no âmbito da repartição pública.

**Art. 7º** A Secretaria Municipal de Planejamento, Tributação e Finanças deverá notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão, devendo obedecer as relações de prevenção ao novo coronavírus (COVID-19), editadas pelo Governo Federal.

**Art. 8º** O comércio em geral funcionará com as medidas mínimas determinadas pela Secretaria Municipal e Estadual de Saúde e pelo Ministério da Saúde, dentre essas orientamos: assepsias de fechaduras, corrimões, higienização do ambiente e equipamentos disponibilizados ao público, bem como, só permitir a entrada de número de pessoas que não compreenda espaço inferior a 2 (dois) metros ente elas, respeitando o limite máximo de dez pessoas no interior do ambiente, sob pena de aplicação de multa ou fechamento com a suspensão de alvará de funcionamento.

§ 1º – quanto a feira livre, essa permanece suspensa para fins de prevenção da transmissão do novo coronavírus (COVID-19), e será objeto de novo Decreto específico para este fim, pois



encontra-se em fase de conclusão, estudos da melhor maneira para seu funcionamento, preservando assim a vida e saúde dos munícipes.

§ 2º – fica vedado o funcionamento de casas de shows, bem como realização apresentações musicais, ou qualquer tipo de apresentação artística que cause aglomeração.

**Art. 9º** Fica recomendado, a toda população do município de Montanhas/RN, o uso de máscara de proteção, especialmente àqueles que se encontrarem em repartições públicas, serviços de atendimento ao público, casas lotéricas, bancos, estabelecimentos comerciais e espaços destinados à exploração de atividades comerciais, bem como, diante da necessidade de contato com outras pessoas, em deslocamento em vias públicas ou outras medidas que interrompam o isolamento social.

§1º – ficam as repartições públicas e proprietários comerciais obrigados a orientarem seus usuários e clientes a usarem máscaras ao adentrarem nos estabelecimentos.

§2º – no período estipulado no artigo 3º, o poder público fiscalizará o cumprimento da medida imposta no parágrafo 1º deste artigo, orientando e advertindo sobre ele para verificar sua efetivação. O descumprimento será alvo de nova regulamentação durante a vigência do presente decreto.

§3º As máscaras de proteção são de uso estritamente pessoal, não devendo ser compartilhadas.

**Art. 10** De acordo com a situação epidemiológica do novo coronavírus (COVID-19) no contexto mundial e nacional, fica facultada a suspensão de férias e licenças de servidores públicos de setores estratégicos para o enfrentamento da pandemia.

**Art. 11** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá validade até o dia 31 de maio de 2020.

Montanhas/RN, em 15 de maio de 2020.

**Manuel Gustavo de Araújo Moreira**  
Prefeito Municipal de Montanhas



## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

### COMUNICADO AUSÊNCIA DE SERVIDOR

O Coordenador de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, considerando o disposto na circular nº. 001/2018-GP a qual trata da regulação do procedimento de acatamento de atestados médicos, licenças, progressões e aquisições do servidor público, informo que os seguintes servidores estavam ausentes de suas funções durante os dias abaixo citados:

A servidora **MARIA DO NASCIMENTO CHACON MENDES, A.S.G., 0000515**, apresentou atestado médico no dia 12/05/2020 e esteve ausente durante 01(um) dia, em 08/05/2020.

A servidora **MARIA DO NASCIMENTO CHACON MENDES, A.S.G., 0000515**, apresentou atestado médico no dia 12/05/2020 e esteve ausente durante 01 (um) dia, em 11/05/2020.

A servidora **EDINALVA NERY DUARTE, Ag. De Endemias, 0004232**, apresentou atestado médico no dia 13/05/2020 e esteve ausente durante 02 (dois) dias, em 12/05/2020 e 13/05/2020.

A servidora **ALINE CRISTINA NOBERTO DE LIMA SILVA, Tec. De Enfermagem, 0000867**, apresentou atestado médico no dia 14/05/2020 e esteve ausente durante 01 (um) dia, em 12/05/2020.

O servidor **SILVIO ALEXANDRE SOARES ALVES, Aux. Enfermagem, 0008826**, apresentou atestado médico no dia 15/05/2020 e esteve ausente durante 01 (um) dia, em 14/05/2020.



O servidor ROBERTO MOREIRA, Ag. Endemias, 0004234, apresentou atestado médico no dia 15/05/2020 e esteve ausente durante 05 (cinco) dias, em 14/05/2020 a 18/05/20.

O servidor DANIEL CORDEIRO DA SILVA, Ag. Endemias, 0004228, apresentou atestado médico no dia 15/05/2020 e esteve ausente durante 14 (quatorze) dias, em 12/05/2020 a 25/05/2020.

A servidora MARIA DO NASCIMENTO CHACON MENDES, A.S.G., 0000515, apresentou atestado médico no dia 15/05/2020 e esteve ausente durante 07 (sete) dias, em 13/05/2020 a 19/05/2020.

**DEYVID THIERRY DE OLIVEIRA SILVA**  
COORD. RH E FOLHA DE PAGAMENTO  
MATRICULA: 202260



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
**MONTANHAS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2020**

Dispõe sobre o calendário de atividades da rede municipal de ensino do município de Montanhas/RN, para o ano letivo de 2020;

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Portaria de Nomeação Nº 006 de 02 de janeiro de 2017, que delega competências a Secretária Municipal de Educação para práticas de atos administrativos,

CONSIDERANDO o interesse público do Município e a necessidade da Educação Municipal,

## **RESOLVE**

Art. 1º O período de recesso escolar, previsto nas normativas do 1º calendário escolar 2020, fica

antecipado para o período de 15 a 28/05/2020, para estudantes, professores, coordenadores e gestores escolares.

§ 1º Após o período de recesso escolar, o retorno dos estudantes e servidores às atividades educacionais fica condicionado à suspensão da situação de emergência declarada por meio do Decreto Municipal.

Art. 2º Não haverá atendimento ao público nas Unidades Educacionais durante o período de recesso escolar, conforme caput deste artigo.

§ 1º O atendimento das unidades escolares ao público, se dará por meio telefônico (que será disponibilizado no portal da Prefeitura), das 08:00 às 12:00.

§ 2º O horário de funcionamento poderá sofrer alterações por solicitação da SEMED.

§ 3º A direção poderá adotar para os servidores da secretaria e Auxiliares de Serviços Gerais o regime de horário reduzido.

§ 4º Os servidores Auxiliares de Serviços Gerais, Vigias e Secretários Escolares deverão permanecer trabalhando conforme escala programada pela direção, durante a suspensão das aulas e recesso escolar.

§ 5º Os servidores deverão permanecer à disposição da Administração Pública Municipal durante o horário de expediente, de acordo com programação estabelecida.

Art. 3º Os casos excepcionais ou omissos serão resolvidos pela SEMED.

Art. 4º Esta normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Marta Maria Lopes da Fonseca Cavalcante  
Secretária Municipal de Educação